

No Congresso, a corrida contra o tempo

HELENA CHAGAS

BRASÍLIA — O Congresso inicia hoje um dos menores anos legislativos dos últimos tempos. O trabalho parlamentar ficará espremidido até os primeiros dias de junho. Com uma agenda carregada de projetos de modernização da economia essenciais para o Governo e de outras matérias consideradas fundamentais pela oposição, mas, principalmente, com pelo menos 120 pré-candidatos às eleições municipais de 3 de outubro entre seus integrantes, o Legislativo viverá uma corrida contra o tempo.

Em junho, todos os poderes estarão voltados para a Rio-92. Até o fim desse mês, serão conhecidos os candidatos às eleições municipais, começará a campanha eleitoral e será mais fácil achar os parlamentares em seus estados do que no Congresso.

Em meio ao acirramento de ânimos provocado pela recomposição da base governista e pela discussão em torno da criação do "Bloquinho" (PTB, PDS, PL e PDC) na Câmara, o presidente do Congresso, Mauro Benevides, e os líderes dos partidos e do governo buscavam, na semana passada, uma solução para permitir pelo menos a aprovação das matérias mais importantes. Todos sabem que, sem um grande acordo em torno de uma pau-



Souto (à direita) com Genebaldo: 'temos que negociar com a oposição'

ta de consenso, envolvendo todas as forças políticas, o ano legislativo passará em branco.

— O governo entra o ano fortalecido, mas não podemos ser arrogantes. Temos que ter humildade e negociar com os partidos de oposição — afirma o líder do governo Humberto Souto.

— Estamos dispostos a negociar e achamos a pauta que eles querem aprovar razoável, mas o governo tem que ter boa vontade. Se vier com fisiologismo, vai dificultar tudo — diz o deputado Germano Rigotto, líder interino do PMDB na ausência de Genebaldo Correia em campanha pela reeleição.

Os líderes do governo na Câmara e no Senado, Humberto Souto e Marco Maciel, acham que a pauta deste ano deve se concentrar em cinco ou seis matérias realmente importantes: emendas constitucionais sobre a modernização da economia (quebra de monopólios e abertura ao capital estrangeiro) e os projetos da segunda etapa do ajuste fiscal, do novo código de propriedade industrial, da regulamentação dos portos, da concessão de serviços públicos e do limite de gastos dos estados e municípios com pessoal. Na verdade, a aprovação desses projetos é essencial para os compromissos do Brasil

com o FMI e demais credores internacionais.

Embora sem qualquer compromisso de mérito e dispostos a fazer alterações no conteúdo dos projetos, os oposicionistas concordam com a pauta básica do Governo. Fazem questão, porém, de acrescentar uma série de outros projetos que também consideram importantes. A lista, segundo Germano Rigotto, inclui a lei de diretrizes e bases da educação, o projeto que cria o imposto sobre grandes fortunas, as modificações no sistema financeiro e a nova legislação partidária, além de um ajuste fiscal bem mais amplo do que deseja o Executivo.

Um outro tema que dominará os trabalhos logo no início do ano legislativo é a votação da emenda constitucional que antecipa para abril do próximo ano o plebiscito sobre sistema de governo. Como já há o esboço de um grande acordo, esta deverá ser a primeira emenda a ser votada. Há ainda na pauta de votações um projeto que está atraindo especial atenção dos três poderes: a lei orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto aumenta a capacidade do tribunal de fiscalizar o Executivo e eleva significativamente o valor de multas para irregularidades: em alguns casos, essas multas chegam a mil salários-mínimos e, em outros, cobrem todo o valor da fraude apurada.